

HABEAS CORPUS Nº 542.470 - SP (2019/0323200-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DANIEL TEREZA
ADVOGADO : DANIEL TEREZA - SP309228
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE GALVAO GAUCHE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. RELATÓRIOS SOCIAL E PSICOLÓGICO FAVORÁVEIS À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DETERMINADA A AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA COM BASE NA GRAVIDADE ABSTRATA DOS DELITOS PRATICADOS E NA SUPOSTA LONGA PENA A CUMPRIR. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONCEDIDA. CONFIRMADA A LIMINAR.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALEXANDRE GALVÃO GAUCHE, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu liminarmente a petição inicial (HC n.º 2218892-75.2019.8.26.0000).

Consta nos autos que, após o pedido de livramento condicional formulado em favor do Paciente – que cumpre pena de 16 (dezesesseis) anos e 9 (nove) meses, pela prática do crime de roubo majorado, e atualmente está no regime semiaberto –, o Juízo das Execuções determinou a realização do exame criminológico. Considerando que o relatório foi instruído somente com a avaliação social e psicológica, o Juízo singular determinou a realização da avaliação psiquiátrica, para fins de complementação dos laudos enviados.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que indeferiu liminarmente a petição inicial (fls. 68-73).

Nesse *mandamus*, a Defesa argumenta que o "*sentenciado atingiu o requisito objetivo para o livramento condicional, no dia 08/08/2018, tendo cumprido 1/2 de sua pena, conforme se vê do cálculo de penas em anexo, elaborado pela própria Vara das Execuções Criminais, sendo assim, é claro o preenchimento do requisito*

objetivo" (fl. 5).

Sustenta que "o sentenciado preenche o requisito subjetivo, sem a necessidade de ser submetido à avaliação psiquiátrica, uma vez que possui bom comportamento carcerário, e vem mantendo este, é cumpridor de seus deveres, mantém bom relacionamento com os demais sentenciados, apresenta-se sempre de forma respeitosa e educada, segundo o parecer do Diretor do estabelecimento prisional" (fl. 5).

Alega que o "pedido de avaliação psiquiátrica é apenas um artifício utilizado pelo Ministério Público para protelar o inevitável, isto é, protelar a concessão do livramento condicional, contudo, tal artifício só vem a prejudicar a liberdade do sentenciado, que está a cumprir sua pena em regime mais gravoso, quando já deveria estar cumprindo sua pena em livramento condicional" (fl. 6).

Aduz que "[t]odos os relatórios foram favoráveis à concessão do benefício, sendo desnecessária a realização da avaliação psicológica" (fl. 6).

Assevera que "tanto o Juízo quanto o Ministério Público estão baseando-se apenas na gravidade genérica dos delitos cometidos e na quantidade de pena a cumprir pelo sentenciado, sendo estes motivos inidôneos para se determinar a realização de avaliação psiquiátrica" (fl. 6).

Requer o deferimento do pedido liminar "para o fim de que o paciente cumpra sua pena em livramento condicional imediatamente" (fl. 10).

No mérito, pleiteia a concessão da ordem para que "seja cassada a decisão que solicitou a realização de avaliação psiquiátrica, bem como, que seja declarada a desnecessidade da avaliação psiquiátrica, e que seja determinado o julgamento antecipado do pedido, vez que já existem elementos suficientes para comprovação do preenchimento dos requisitos legais para a concessão do livramento condicional" (fl. 10).

O pedido liminar foi parcialmente deferido para determinar ao Juízo das Execuções que analise os requisitos objetivo e subjetivo para a concessão do livramento condicional, afastada a exigência de avaliação psiquiátrica (fls. 76-79).

As informações foram prestadas às fls. 88-111.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ, "mas com a concessão de um habeas corpus ex officio, nos termos acima sugeridos, confirmando-se, assim, a liminar deferida por essa Relatoria" (fl. 117).

É o relatório.

Decido.

Como é cediço, o benefício do livramento condicional somente será concedido ao condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, consoante o disposto no art. 83 do Código Penal.

A Lei n.º 10.792 – que alterou, em 2003, a redação do art. 112 da Lei de Execuções Penais –, afastou a obrigatoriedade do parecer da Comissão Técnica de Classificação e a submissão do condenado a exame criminológico para a concessão de progressão de regime e livramento condicional, cabendo ao magistrado verificar o atendimento dos requisitos subjetivos à luz do caso concreto, podendo, por isso, determinar a realização da perícia, se entender necessário, ou mesmo negar o benefício, desde que o faça fundamentadamente, quando as peculiaridades da causa assim o recomendarem, em observância ao princípio da individualização da pena, previsto no art. 5.º, inciso XLVI, da Constituição da República.

A propósito, a referida orientação restou consolidada no Enunciado n.º 439 da Súmula desta Corte, que possui o seguinte teor: "*Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada.*"

No caso, o Juízo das Execuções Criminais determinou a submissão do Paciente à realização de exame criminológico com base nos seguintes fundamentos, *in verbis* (fl. 27; sem grifos no original):

"Considerando-se que os crimes atribuídos ao sentenciado são da maior gravidade (roubo majorado), bem como a quantidade de pena imposta, com término previsto para 28/02/2025, determino a realização da avaliação preconizada pela Resolução SAP - 88, de 28-4-2010, a fim de que o pedido de livramento condicional possa ser analisado de forma mais criteriosa."

O exame foi realizado, com a apresentação dos relatórios social e psicológico favoráveis à concessão do benefício. No entanto, acolhendo o parecer ministerial, o Juízo singular determinou que o Sentenciado fosse submetido "*à avaliação psiquiátrica, para fins*

de complementação dos laudos ora enviados" (fl. 48).

O Tribunal de origem, por sua vez, concluiu que não há ilegalidade flagrante no *decisum* (fls. 68-73).

Verifica-se, do trecho da decisão acima transcrito, que o Magistrado singular baseou-se, essencialmente, na gravidade abstrata do crime cometido pelo Paciente e na suposta longa pena a cumprir, para concluir pela necessidade de realização do exame criminológico, antes de analisar o pedido de livramento condicional. **Não houve alusão a fato atual que recomendasse a medida.**

Do mesmo modo, ao determinar a realização da avaliação psiquiátrica, o Juízo das Execuções acolheu o parecer ministerial que também se apoiou na gravidade abstrata do crime: *"a gravidade do crime cometido pelo executado recomenda que o exame previsto no artigo 8º da LEP seja efetivado, com todos os relatórios"* (fl. 40; sem grifos no original.)

Conclui-se, desse modo, que as decisões proferidas pelas instâncias ordinárias divergem do entendimento sedimentado na Súmula n.º 439 desta Corte Superior, cuja inteligência exige, **para a determinação de exame criminológico, a precedência de fundamentação concreta.**

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO. REGIME SEMIABERTO. TRIBUNAL QUE INDEFERE O BENEFÍCIO E DETERMINA A REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO COM BASE NA GRAVIDADE ABSTRATA DOS DELITOS PRATICADOS E LONGEVIDADE DA PENA. FUNDAMENTO INIDÔNEO PARA A AFASTAR A IMPLEMENTAÇÃO DO REQUISITO SUBJETIVO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Conforme reiterada orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça - STJ, a gravidade abstrata dos delitos praticados e a longevidade da pena a cumprir não podem servir, por si sós, como fundamento para a determinação de prévia submissão do apenado a exame criminológico para fins de concessão do benefício do livramento condicional. Precedentes. No caso dos autos, o Tribunal de origem reformou a decisão de primeiro grau para determinar a submissão do paciente à realização de exame criminológico com fundamento na gravidade em abstrato do crime cometido pelo agravado e na longa pena a cumprir. Referido fundamento se mostra inidôneo, ao passo que não se apontou nenhum elemento concreto dos autos que, efetivamente, pudesse rechaçar o decisum de primeiro grau.

Superior Tribunal de Justiça

2. Diante do flagrante constrangimento ilegal, faz-se imperiosa a concessão da ordem de habeas corpus de ofício para restabelecer a decisão singular concessiva da progressão para o regime semiaberto.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 467.980/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 14/11/2018; sem grifos no original.)

Como bem ressaltou o parecer ministerial, "*resta claro que a exigência de avaliação psiquiátrica, como requisito a ser cumprido para fins de concessão do livramento condicional, no caso dos autos, configura excesso e, por isso, constrangimento ilegal que deverá ser sanado com a concessão de um habeas corpus ex officio*" (fl. 117).

Ante o exposto, CONCEDO PARCIALMENTE a ordem de *habeas corpus* para, confirmando a liminar deferida, determinar ao Juízo de Direito da 1.^a Vara das Execuções Criminais e anexo do Júri da Comarca de Araçatuba/SP que analise os requisitos objetivo e subjetivo para a concessão do livramento condicional, afastada a exigência da avaliação psiquiátrica.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora